

COMISSÃO PERMANENTE DE CONCERTAÇÃO SOCIAL

ATA Nº 2/2012

Reunião Plenária de 1 de fevereiro de 2012

1. Hora: 16H00

2. Local: Sede do Conselho Económico e Social

3. Presenças:

Governo:

- ⇒ Álvaro Santos Pereira, Ministro da Economia e do Emprego;
- ⇒ Pedro Mota Soares, Ministro da Solidariedade e da Segurança Social;
- ⇒ Hélder Rosalino, Secretário de Estado da Administração Pública;
- ⇒ Pedro Silva Martins, Secretário de Estado do Emprego;
- ⇒ Manuel Pinto de Abreu, Secretário de Estado do Mar;
- ⇒ Eva Cabral, Assessora do Gabinete do Primeiro-Ministro;
- ⇒ Ana Couto Olim, Adjunta do Gabinete do Ministro da Economia e do Emprego;
- ⇒ Cláudia Madaleno, Assessora do Gabinete do Secretário de Estado do Emprego;
- ⇒ David Martins, Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado do Emprego;
- ⇒ Luís Silva, Assessor do Gabinete do Secretário de Estado do Mar;
- ⇒ António Torres, Adjunto do Gabinete do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social.

CGTP-IN:

- ⇒ Arménio Carlos, Secretário-Geral;
- ⇒ Carlos Trindade, membro da Comissão Executiva;

⇒ Armando Farias, membro da Comissão Executiva.

UGT:

- ⇒ João Proença, Secretário-Geral;
- ⇒ João de Deus Gomes Pires, Presidente;
- ⇒ Ana Paula Bernardo, Secretária-Geral Adjunta;
- ⇒ António Luís Correia, Secretário-Geral Adjunto;
- ⇒ Carlos Alves, Secretário Nacional.

CAP:

- ⇒ João Machado, Presidente;
- ⇒ Cristina Morais, Chefe de Gabinete;
- ⇒ Ana Ferreira, Técnica.

CCP:

- ⇒ João Vieira Lopes, Presidente;
- ⇒ Vasco Alvares de Melo, Vice-Presidente;
- ⇒ Ana Vieira, Secretária-Geral.

CIP:

- ⇒ António Saraiva, Presidente;
- ⇒ Gregório Rocha Novo, Diretor;
- ⇒ Nuno Biscaya, Técnico.

CTP:

- ⇒ Adília Lisboa, Presidente da Comissão Executiva;
- ⇒ Nuno Bernardo, Vogal da Comissão Executiva.

CES:

- ⇒ José da Silva Peneda, Presidente;
- ⇒ Catarina Braga, Secretária-Geral;
- ⇒ Maria José Policarpo, Coordenadora do Gabinete;
- ⇒ Ana Tonilhas, Consultora do Gabinete.

4. Ordem de trabalhos.

Ponto único: Alterações ao Código do Trabalho.

5. Desenvolvimento.

5.1. Alterações ao Código do Trabalho

O **Ministro da Economia e do Emprego**, enquanto Presidente da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), abriu a sessão começando por cumprimentar todos os presentes e saudar o novo Secretário-Geral da CGTP a quem desejou bom trabalho no âmbito do diálogo social em Portugal. Referiu depois as principais medidas em sede de alteração ao Código do Trabalho no âmbito do Acordo celebrado em janeiro: organização do tempo de trabalho incluindo banco de horas individual e grupal, trabalho suplementar, feriados, férias, suspensão ou redução em crise empresarial, nível de fiscalização das condições de trabalho, regime da cessação do contrato de trabalho por extinção do posto de trabalho ou inadaptação e instrumentos de regulamentação coletiva.

Em seguida o **Secretário de Estado do Emprego** aprofundou alguns aspetos da proposta do Governo relativa às alterações ao Código do Trabalho, conforme documento anexo, tendo referido especialmente:

- Que as alterações em matéria disciplinar visavam ir de encontro ao Acórdão do TC de 2010;
- O caso especial dos trabalhadores-estudantes no que concerne o regime do trabalho suplementar;
- O objetivo de simplificação das comunicações à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) relativas às condições de trabalho;
- O aumento de 8 para 15 dias dos contratos de trabalho de muito curta duração;
- O exercício de novas funções de chefia em regime de comissão de serviço;
- As compensações em caso de despedimento (artº 366º);
- O banco de horas individual e grupal
- O artº 213º sobre as interrupções de trabalho (intervalos);
- O encerramento para férias no caso das “pontes”;
- Alterações na lista de feriados e na majoração dos dias de férias;
- A retribuição no caso das faltas injustificadas;
- A retribuição do trabalho suplementar;
- As alterações ao regime da redução ou suspensão devido a crise empresarial, com vista à agilização de procedimentos;
- O despedimento por extinção de posto de trabalho e por inadaptação;

- A regulamentação coletiva; e
- As disposições transitórias e finais (contratos de trabalho celebrados antes de 1 de novembro de 2011).

O **Ministro da Economia e do Emprego** solicitou a todos os presentes que se pronunciassem sobre a última versão da proposta de Lei de Alteração ao Código do Trabalho

João Machado, Presidente da CAP, tomou a palavra para dizer que o documento merecia globalmente uma apreciação positiva e que a proposta dá conteúdo ao que ficou acordado no Acordo. Esta posição foi secundada por **Adília Lisboa, Presidente da Comissão Executiva da CTP**.

João Proença, Secretário-geral da UGT, começou por felicitar os colegas eleitos no último congresso da CGTP-IN. Relativamente à proposta de Lei de alteração do Código do Trabalho:

- Chamou a atenção para as deficiências de redação dos artigos 213º e 303º;
- Mantém reservas quanto ao artigo 234º quando elimina 4 feriados, não subscrevendo a UGT este artigo. O acordo prevê 3 a 4 feriados, considerando a UGT que esta é uma questão que deverá ser resolvida pelo Governo e pela Assembleia da República;
- Sobre os nºs 3 e 4 do artigo 366º reiterou que o que está no Acordo sobre a matéria do fundo de compensação do trabalho é para ser cumprido, devendo ser salvaguardada a cobertura pelo fundo do pagamento de 50% da compensação;
- Sobre o artigo 375º referiu que o Acordo e as salvaguardas nele previstas apenas tinham por objetivo o despedimento por inadaptação tal como previsto no nº1 do artigo, pelo que há que haver idênticas cautelas para a previsão do nº2, mormente quando estejam em causa objetivos fixados antes de entrada em vigor do diploma, estes não devem ser considerados para “fundamentar” o despedimento; e
- Sobre o artigo 5º da Proposta, disse que devem ser salvaguardados os casos em que o trabalhador já haja gozado todas as férias.

António Saraiva, Presidente da CIP, começou por saudar os eleitos no último congresso da CGTP-IN, tendo considerado a proposta de Lei apresentada globalmente positiva. Interveio depois **Gregório Novo, Diretor da CIP**, que concordou com as observações da UGT a propósito do artigo 375º do Código, quando relevava que o acordo, em sede de obtenção de objetivos, não podia alhear-se da alteração ora introduzida – não exigibilidade de modificações no posto de trabalho –, e artigo 5º da proposta, tendo ainda corrigido duas remissões nos artigos 307º e 377º.

Arménio Carlos, Secretário-geral da CGTP-IN, agradeceu os cumprimentos e disse que a Central está empenhada na estabilização das relações laborais e dinamização da negociação coletiva e do diálogo social. Manifestou o seu descontentamento em virtude de apenas haverem recebido a proposta de Lei em análise às 23.40h da véspera.

Consideram que todas as alterações ora propostas ao Código do Trabalho, apontam na redução de direitos, que não há qualquer mais-valia para os trabalhadores, tudo piorando relativamente ao Código atual. Que o documento em discussão é desequilibrado, em nada contribui para o desenvolvimento do país ou para o seu crescimento, competitividade ou emprego e que tudo indica que a dívida em % do PIB aumentará em 2013. A proposta constitui de um ponto de vista geral, uma forma regressiva de encarar as relações laborais, representando um retrocesso social e civilizacional das relações de trabalho, que põe em causa os próprios fundamentos do Direito do Trabalho, não assegurando os direitos da parte mais fraca. O documento penaliza fortemente a negociação coletiva, reforça o poder unilateral dos patrões e aposta na redução salarial. As políticas de austeridade seguidas pelo Governo não permitem o crescimento económico e a lei é totalmente secundarizada relativamente ao poder dos empregadores. Fez notar que ainda que, no anterior Governo, quando a CGTP alertou para a necessidade de uma alteração cirúrgica ao Código do Trabalho na matéria respeitante à caducidade das convenções coletivas, foi então considerada prematura qualquer modificação por todos os Parceiros Sociais e que, tão pouco tempo volvido, as alterações já são considerados oportunas. A CGTP está disponível para discutir todas as matérias mas não para dar cobertura a processos pouco transparentes e tudo fará para alertar os trabalhadores e o povo português para o conteúdo negocial que se está a assumir. O Governo deve expressar a sua posição em matéria de Salário Mínimo Nacional (SMN). A meta dos 500 euros em 2010 foi acordada entre o Governo e os Parceiros Sociais em 2006 e o aumento desta prestação tem uma relação direta com uma ligeira melhoria das condições de vida das pessoas. Disse também que o Governo se deve pronunciar sobre o que se passa com a não emissão de portarias de extensão e sobre como prevê a evolução do processo de alteração do Código do Trabalho.

João Vieira Lopes, Presidente da CCP, felicitou o novo Secretário-geral da CGTP-IN, dizendo de seguida que havia algumas questões a sopesar. A CCP sempre tinha valorizado a necessidade de celebração de um acordo, quer a nível interno, quer externo, por considerar que isto daria um sinal positivo. Consideravam porém, que um acordo centrado na área laboral não era prioritário, sendo mais importantes as medidas na área económica. Uma dose de austeridade a que acresce uma dose de flexibilidade não chegam para o crescimento económico, esperando pois, propostas concretas do Governo noutras matérias. Sobre a proposta de Lei em análise dão o seu acordo global, embora fique aquém do que desejavam em algumas matérias, como seja o caso do despedimento por extinção de posto de trabalho.

O **Ministro da Economia e do Emprego** agradeceu aos Parceiros Sociais a disponibilidade e a colaboração demonstradas para chegar a um resultado no processo negocial em curso. Concordou com as observações da UGT, informando no que ao Fundo se refere que, até 31 de maio teria que haver um acordo. Assumiu ser da inteira responsabilidade do Governo a eliminação de 4 feriados. Sobre as questões levantadas pela CGTP-IN, disse que o Acordo era muito abrangente, mas aquilo que hoje está em discussão são somente as alterações ao Código do Trabalho, tendo informado que iria ser enviada aos Parceiros portaria “Estímulo 2012”. Relativamente ao SMN será um tema a abordar em reunião próxima, compreendendo a importância do mesmo.

Arménio Carlos, Secretário-geral da CGTP-IN, reiterou que têm divergências de fundo relativamente ao documento e lamentou que a possibilidade de adaptação encontrada no Memorando de Entendimento com a *troika* para outras matérias não se repetisse neste âmbito. Disse ainda, com referência à atualização do SMN, que o estudo encomendado pelo Governo não corresponde à realidade tendo mencionado que, com base noutro estudo, se demonstra que o aumento daquele não tem qualquer impacto a nível do desemprego. Voltou a inquirir o Governo sobre as portarias de extensão.

O **Secretário de Estado do Emprego** tomou a palavra para informar que, no que às portarias de extensão se refere, resulta do Memorando que deve precaver-se qualquer medida que tenha efeito negativo no desemprego e que haverá outras reuniões para pensar nos critérios para emissão daquelas.

Arménio Carlos, Secretário-geral da CGTP-IN, considera que a resposta do Secretário de Estado do Emprego é um apelo à não contratação coletiva e à concorrência desleal, podendo mesmo falar-se em *dumping* salarial. A este propósito intervieram igualmente a **UGT**, a **CCP** e a **CIP** para pedirem a atenção do Governo para a matéria relativa à não emissão de portarias de extensão, geradora de concorrência desleal, solicitando a sua discussão a breve prazo.

João Vieira Lopes, da CCP, solicitou ainda que fosse analisada em sede de concertação social a questão da lei do arrendamento.

O **Ministro da Economia e do Emprego** afirmou que iria convocar os Parceiros para discutir a questão das portarias de extensão, que faria chegar à Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território as preocupações da CCP relativamente à questão do arrendamento e que mantinha o compromisso de ouvir os Parceiros relativamente às outras temáticas.

5.2. Outros assuntos

Arménio Carlos, Secretário-geral da CGTP-IN, chamou a atenção para a gravidade do atual contexto em que muitos trabalhadores têm 3 ou mesmo 4 salários em atraso e questionou o Governo sobre as medidas que estão a ser equacionadas para ultrapassar a situação, que a curto prazo pode ser insustentável. Não há maior violência do que a que se passa numa empresa que não paga salários, pratica horários de 12 horas e mantém contratos a prazo durante 8 ou 10 anos. Não se vêem medidas objetivas e se se insistir neste caminho o Governo será responsável pelas consequências.

O **Ministro da Economia e do Emprego** referiu que, no âmbito do Ministério da Economia e do Emprego, foi criado um “gabinete de crise” que tem vindo a monitorizar dezenas de empresas e a intervir junto dos bancos e do próprio Estado para desbloquear algumas situações críticas e ajudar à sua revitalização. Vivem-se momentos difíceis e todos têm tentado servir de intermediários. O desemprego em Portugal atingiu valores muito preocupantes e o combate ao desemprego é a prioridade número 1 do Governo.

Por último o **Ministro da Economia e do Emprego** informou que o Governo pretende discutir a curto prazo com os Parceiros Sociais matérias como a reestruturação do SEE,

Centro de Relações de Trabalho e Portarias de extensão e que o projeto de Portaria que cria a Medida Estímulo 2012, que consiste na concessão, à entidade empregadora, de um apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho com desempregado inscrito no centro de emprego há pelo menos seis meses consecutivos, com a obrigação de proporcionar formação profissional será enviado amanhã aos Parceiros.

José Silva Peneda, Presidente do CES, pediu a palavra para informar que a versão inglesa do Acordo Tripartido para a Competitividade e Emprego já se encontra disponível no site do CES. Solicitou autorização para, na sequência da análise da grafia elaborada pelo CES com o objetivo de uniformização do texto do Acordo, proceder às alterações que constam no documento distribuído pelos presentes. Esta proposta foi aceite por todos.

Nada mais havendo a tratar, o **Ministro da Economia e do Emprego** agradeceu aos Parceiros Sociais e deu por encerrada a reunião quando eram 17H45.